

Regulamento Municipal de Entrega, Remoção e Recolha de Veículos Abandonados ou Estacionados Indevida e Abusivamente.

Preâmbulo

A Câmara Municipal de Portimão, como forma de proteger o impacto na paisagem, pretende dotar o Município de um instrumento que estabeleça regras acerca dos veículos considerados abandonados, em estacionamento indevido ou abusivo em todo o concelho.

O presente regulamento visa criar condições efetivas para o cumprimento das exigências ambientais, harmonizando-as com as regras constantes do Código da Estrada e demais legislação em vigor. Tendo também uma preocupação ambiental conjuga com a melhoria do estacionamento, segurança e circulação de peões e automobilistas.

Pretendendo, assim, responsabilizar a autarquia, os munícipes e as restantes autoridades competentes, para que, com a colaboração de todos, seja possível a melhoria da qualidade de vida e a defesa do meio ambiente.

De acordo com o Decreto-Lei n.º 114/94 de 3 de Maio, com as últimas alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 44/2005, de 23 de Fevereiro, no uso da competência prevista nos artigos 112º, n.º 8 e 241º da Constituição da República Portuguesa, e nos termos da alínea K) e alínea rr) do n.º1 do artigo 33º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, compete à Câmara Municipal deliberar sobre o estacionamento de veículos nas ruas e demais lugares públicos.

Assim, considerando o preceituado na alínea k) do n.º 1 do artigo 33º e da alínea g) do n.º1 do artigo 25º da Lei 75/2013, de 12 de Setembro, e do n.º 1º do artigo 15º da Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro, foi o presente Projeto de Regulamento Municipal de Entrega, Remoção e Recolha de Veículos Abandonados ou estacionados Indevida e Abusivamente, apreciado pela Câmara Municipal, e aprovado em reunião de 21/10/2014 e submetido à aprovação da Assembleia Municipal em 18/12/2014.

Regulamento Municipal sobre a entrega, remoção, recolha e depósito de veículos abandonados ou estacionada indevida e abusivamente

CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 1.º Lei Habilitante

O presente regulamento é elaborado nos termos do disposto no n.º 8 do artigo 112.º e 241.º da Constituição da República Portuguesa, na alínea k) e rr) do n.º 1, do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, alínea g) do artigo 25.º da Lei 75/2013, de 12 de Setembro, nos artigos 163.º a 168.º do Código da Estrada, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 114/94, de 3 de Maio, Decreto-Lei n.º 31/85, de 25 de Janeiro, Despacho n.º 7378/2009, de 12 de Março com todos os diplomas com a redação atualizada.

Artigo 2.º Âmbito e Objeto

O presente Regulamento estabelece o regime aplicável à entrega, remoção, recolha e depósito de veículos abandonados ou estacionados indevida e abusivamente, dentro da área de jurisdição do Município de Portimão, definindo os procedimentos a adotar para o efeito, considerando as disposições ambientais, as disposições do Código da Estrada e demais legislação em vigor.

Artigo 3.º Definições

Para efeitos deste regulamento, entende-se por:

1 – Estacionamento indevido ou abusivo:

- a) O de veículo estacionado ininterruptamente durante 30 dias, em local de via pública ou em parque ou zona de estacionamento, isentos de pagamento de qualquer taxa;
- b) O de veículos agrícolas, máquinas industriais, reboques e semi-reboques não atrelados ao veículo trator e o de veículos publicitários que permaneçam no mesmo local por tempo superior a quarenta e oito horas, ou a 30 dias, se estacionarem em parques destinados a esse fim;
- c) O que se verifique por tempo superior a 15 dias, quando se tratar de veículos que apresentem sinais exteriores evidentes de abandono ou de impossibilidade de se deslocarem com segurança pelos próprios meios;

2- Veículo abandonado:

- a) O que não for reclamado dentro do prazo previsto nos n.ºs 1 e 2 do artigo 165.º do Código da Estrada;
- b) O que tenha sido objeto de declaração expressa de abandono por parte do proprietário (Anexo I).

CAPÍTULO II DO PROCEDIMENTO

Artigo 4.º (Remoção)

1 - A Câmara Municipal de Portimão pode promover a remoção imediata para depósito do veículo que se encontre nas seguintes situações:

- a) Estacionado indevido ou abusivamente, nos termos do n.º 1 do artigo 3.º do presente Regulamento;
- b) Estacionado ou imobilizado de modo a constituir evidente perigo ou grave perturbação para o trânsito;
- c) Com sinais exteriores de manifesta inutilização de veículo;
- d) Estacionado ou imobilizado em locais que, por razões de segurança, de ordem pública, de emergência, de socorro ou outros motivos análogos, justifiquem a remoção.

2 - Para os efeitos da alínea b) do número anterior, considera-se que constituem evidente perigo ou grave perturbação para o trânsito, entre outros, os seguintes casos de estacionamento ou imobilização:

- a) Em via ou corredor de circulação reservados a transportes públicos;
- b) Em local de paragem de veículos de transporte coletivo de passageiros;
- c) Em passagens sinalizadas para travessias de peões;
- d) Em cima dos passeios, ou em zona reservada exclusivamente ao trânsito de peões;
- e) Na faixa de rodagem, sem ser junto da berma ou passeio;
- f) Em local destinado ao acesso de veículos ou peões a propriedades, garagens ou locais de estacionamento;
- g) Em local destinado ao estacionamento de veículos de certas categorias ou afeto ao estacionamento de veículos ao serviço de determinadas entidades, ou, ainda, afeto à paragem de veículos para operações de carga e descarga ou tomada e largada de passageiros;
- h) Impedindo a formação de uma ou duas filas de trânsito, conforme este se faça em um ou dois sentidos;
- i) Nas faixas de rodagem, em segunda fila;
- j) Em local em que tal impeça o acesso a outros veículos devidamente estacionados ou à saída destes;
- k) De noite, na faixa de rodagem, fora das localidades, salvo em caso de imobilização por avaria devidamente sinalizada.

3 - Para efeitos do disposto na alínea c) do n.º 1, consideram-se, designadamente, sinais exteriores de manifesta inutilização do veículo:

- a) os que, de alguma forma, impossibilitem definitivamente a circulação do mesmo;
- b) os que afetem gravemente as suas condições de segurança;
- c) os que revelem que o veículo se encontra imobilizado há mais de 30 dias;

4 - Verificada qualquer das situações previstas nas alíneas a) e b) do n.º 1, as autoridades competentes podem bloquear o veículo através de dispositivo

adequado, impedindo a sua deslocação até que se possa proceder à respetiva remoção.

5 – Na situação prevista na alínea b) do n.º 1, no caso de não ser possível a remoção imediata, as autoridades competentes devem, também, proceder à deslocação provisória do veículo para outro local, a fim de aí ser bloqueado até à remoção.

Artigo 5º (Aviso)

1 A Câmara deve colocar um aviso no veículo (Anexo I), alertando para o facto de o mesmo poder ser removido.

2 O aviso previsto no número anterior é colocado, sempre que possível, no manípulo da porta que dá acesso ao lugar do condutor ou, se tal não for possível, no vidro da porta que dá acesso ao lugar do condutor ou, em caso de impossibilidade, no vidro pára-brisas em frente daquele lugar.

3 O aviso deve ser numerado e conter os seguintes elementos:

- a) a disposição legal que permite a remoção;
- b) a identificação da entidade que procedeu ao aviso;
- c) o dia e a hora em que teve lugar o aviso;
- d) o procedimento a seguir para o veículo não ser removido, incluindo o número de telefone a contactar;

4 Deve ser elaborado um auto de remoção do veículo, numerado de acordo com o aviso referido nos números anteriores, contendo os seguintes elementos:

- a) a marca e a matrícula do veículo;
- b) o local onde o veículo estava estacionado;
- c) o local para onde foi removido;
- d) o dia e hora em que teve lugar a remoção;
- e) a identificação do ou dos responsáveis que intervieram na remoção.

Artigo 6.º
(Documento fotográfico)

Deve ser recolhido um documento fotográfico da viatura no local onde o veículo estiver estacionado abusiva ou indevidamente, assim como a zona adjacente, para efeitos de organização do processo.

Artigo 7.º
(Notificação)

1 O proprietário deve ser notificado da remoção do veículo e para o levantar, querendo, no prazo de 45 dias, para a morada constante do respectivo registo.

2 Tendo em vista o estado geral do veículo, se for previsível um risco de deterioração que possa fazer recear que o preço obtido em venda em hasta pública não cubra as despesas decorrentes da remoção e depósito, o prazo previsto no número anterior é reduzido a 30 dias.

3 Os prazos referidos nos números anteriores contam-se da data da notificação.

4 Da notificação deve constar a indicação do local para onde o veículo foi removido e que o proprietário o deve retirar, dentro dos prazos referidos nos números anteriores e após o pagamento das despesas de remoção e depósito, sob pena de o veículo se considerar abandonado.

5 A notificação deve ser feita pessoalmente, no caso previsto na alínea c) do nº 1 do artigo 3º, se o veículo apresentar sinais evidentes de acidente, salvo se o proprietário não estiver em condições de a receber, caso em que será feita em qualquer pessoa da sua residência, preferindo os parentes.

6. Não sendo possível proceder à notificação pessoal do proprietário do veículo, a notificação deve ser feita por edital a afixar nos lugares de estilo e na última residência conhecida do proprietário.

7 Em caso de usufruto, locação financeira ou locação por prazo superior a um ano, venda com reserva de propriedade ou nos casos em que, em virtude de facto sujeito a registo, haja posse sobre o veículo, a notificação deve ser feita ao usufrutuário, ao locatário, ao adquirente ou ao possuidor, respectivamente.

Artigo 8.º
(Da ficha de registo do veículo recolhido)

Logo que o veículo dê entrada no local de depósito deve ser aberta uma ficha de registo onde fiquem anotados todos os dados da viatura (Anexo II).

Artigo 9.º
(Entrega do Veículo)

1 - A entrega do veículo ao proprietário compete às autoridades competentes e depende da prestação de caução de valor equivalente às despesas de remoção e depósito.

2 Será elaborado um auto de entrega devidamente assinado por quem o entrega e por quem o recebe.

Artigo 10.º
(Do procedimento, em caso de abandono do veículo)

1 É da responsabilidade da Camara o envio ao Comando Distrital da PSP, GNR, Polícia Judiciária, Conservatória do Registo Automóvel e Autoridade Tributária e Aduaneira, da relação dos veículos recolhidos no concelho, em situação de abandono e degradação na via pública, para que estas entidades, no prazo de 30 dias informem se algum dos veículos constantes da referida lista é susceptível de apreensão. A Camara deve informar a Direcção Geral do Património do Estado do teor das respostas das entidades mencionadas no número anterior, para que aquela, no prazo de 30 dias, ordene a respectiva vistoria.

2 Após o cumprimento do determinado nos números anteriores é apresentada proposta à Câmara Municipal a fim de deliberar sobre o procedimento de arrematação em hasta pública da sucata proveniente dos veículos abandonados, na qual são indicadas as condições em que a mesma deve decorrer.

3 Após deliberação da Câmara Municipal acerca da arrematação em hasta pública, nas condições aprovadas, é publicado edital a afixar nos lugares públicos do costume e em jornal diário de divulgação na área do município.

4 É facultada a todos os interessados, que pretendam apresentar proposta para arrematação dos veículos abandonados estacionados no parque municipal, a possibilidade de examinarem os mesmos.

5 Findo o prazo estipulado no edital para a apresentação à Câmara Municipal das propostas em carta fechada, procede-se à abertura das mesmas e subsequente adjudicação.

6 A entidade adjudicada será notificada pelos serviços municipais para, no prazo estipulado, proceder ao pagamento e levantamento do veículo do parque municipal.

7 Os serviços municipais deverão fornecer ao Instituto da Modalidade e Transportes Terrestres, a relação de todos os veículos vendidos sem livrete e para sucata.

8 A Câmara Municipal deverá solicitar aos proprietários dos veículos que se destinem ao desmantelamento a documentação respeitante aos mesmos de forma

a que a empresa encarregue do mesmo possa emitir o certificado de desmantelamento.

9- Entregue a documentação referida no número anterior à empresa desmanteladora, não poderá ser a Câmara Municipal responsabilizada pela falta de emissão do certificado de desmantelamento.

10- Findo o prazo concedido aos proprietários para os efeitos previstos no nº 9, sem que os mesmos façam a entrega à Câmara Municipal dos documentos solicitados, serão os respectivos veículos entregues para desmantelamento não podendo esta Câmara Municipal ser responsabilizada pela falta de emissão do respectivo certificado.

Artigo 11.º (Hipoteca)

1 – Quando o veículo seja objeto de hipoteca, a remoção é notificada ao credor, para a morada constante do respetivo registo ou nos termos do n.º 6 do artigo 7.º.

2 – Da notificação ao credor deve constar a indicação dos termos em que a notificação foi feita ao proprietário e a data em que termina o prazo a que o artigo 7.º se refere.

3 – O credor hipotecário pode requerer a entrega do veículo como fiel depositário, para o caso de, findo o prazo, o proprietário o não levantar.

4 – O requerimento pode ser apresentado no prazo de 20 dias após a notificação ou até ao termo do prazo para levantamento do veículo pelo proprietário, se terminar depois daquele.

5 – O veículo é entregue ao credor hipotecário logo que se mostrem pagas todas as despesas ocasionadas pela remoção e depósito, devendo o pagamento ser feito dentro dos 8 dias seguintes ao termo do último dos prazos a que se refere o artigo 7.º.

6 – O credor hipotecário tem direito de exigir do proprietário as despesas referidas no número anterior e as que efetuar na qualidade de fiel depositário.

7 – O disposto no presente artigo é aplicável ao proprietário, com as necessárias adaptações, nos casos de existência sobre o veículo de direito de usufruto, locação financeira ou locação com prazo superior a um ano, venda com reserva de propriedade ou posse, em virtude de facto sujeito a registo.

Artigo 12.º (Penhora)

1 – Quando o veículo tenha sido objeto de penhora ou ato equivalente, a Câmara Municipal de Portimão deve informar o tribunal das circunstâncias que a justificaram.

2 – No caso previsto no número anterior, o veículo deve ser entregue à pessoa que, para o efeito, o tribunal designar como fiel depositário, sendo dispensado o pagamento prévio das despesas de remoção e depósito.

3 – Na execução, os créditos pelas despesas de remoção e depósito gozam de privilégio mobiliário especial.

Artigo 13.º
(Responsabilidade)

Quem for proprietário, adquirente com reserva de propriedade, usufrutuário, locatário em regime de locação financeira, locatário por prazo superior a um ano ou quem, em virtude de facto sujeito a registo, tiver a posse do veículo é responsável por todas as despesas ocasionadas pela remoção e depósito, sem prejuízo das sanções legais aplicáveis, ressalvando-se o direito de regresso contra o condutor.

CAPÍTULO III
DAS TAXAS E SUA APLICAÇÃO

Artigo 14º
(Taxas)

1 Pela remoção de um veículo estacionado indevida ou abusivamente são devidas as taxas previstas na no Regulamento e Tabela de Taxas em vigor no Município de Portimão.

Artigo 15º
(Fiscalização)

1 A fiscalização das disposições contidas no presente Regulamento compete às autoridades policiais e aos serviços municipais

2 Compete aos serviços municipais:

- a) esclarecer os utentes sobre as normas estabelecidas no presente Regulamento, bem como acerca do funcionamento dos equipamentos instalados;
- b) promover o correcto estacionamento;
- c) desencadear as acções necessárias à eventual remoção dos veículos em transgressão.

CAPÍTULO V

Artigo 16.º (Entrada em Vigor)

O presente Regulamento entra em vigor 15 dias após a data da sua publicitação nos termos legais.

CAPÍTULO IV DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 17.º Dúvidas e Casos Omissos

Os casos omissos e as dúvidas suscitadas na interpretação e aplicação do presente regulamento, que não possam ser resolvidas com recurso aos critérios legais de interpretação e integração de lacunas, serão resolvidos por deliberação de Câmara Municipal.

Artigo 18.º Anexos

Fazem parte integrante deste regulamento os Anexos: I, II, III, IV e V

ANEXO I
Declaração Expressa de Abandono

Aviso Prévio à Remoção

Nº _____ Proc. n.º

CÂMARA MUNICIPAL DE PORTIMÃO

**REGULAMENTO MUNICIPAL SOBRE A ENTREGA, REMOÇÃO,
RECOLHA E DEPÓSITO DE VEÍCULOS ABANDONADOS OU
ESTACIONADOS INDEVIDA E ABUSIVAMENTE**

Declaração Expressa de Abandono do Veículo

NOME DO PROPRIETÁRIO:

MARCA, MODELO E COR DO VEÍCULO:

MATRICULA:

LOCAL EM QUE ESTÁ ESTACIONADO:

FREGUESIA:

DECLARO DESTA FORMA O ABANDONO DO VEÍCULO DE QUE SOU PROPRIETÁRIO,
A FAVOR DO MUNICÍPIO DE PORTIMÃO, BENEFICIANDO DO NÃO PAGAMENTO DE
QUALQUER ENCARGO, TENDO EM VISTA O SEU DESMANTELAMENTO.

PORTIMÃO, _____ DE _____ DE _____.

O PROPRIETÁRIO

ANEXO II

Identificação de Veículo

Aviso Prévio à Remoção

Nº _____ Proc. n.º _____ Data ____/____/____

CÂMARA MUNICIPAL DE PORTIMÃO

**REGULAMENTO MUNICIPAL SOBRE A ENTREGA, REMOÇÃO,
RECOLHA E DEPÓSITO DE VEÍCULOS ABANDONADOS OU
ESTACIONADOS INDEVIDA E ABUSIVAMENTE**

Ficha do veículo

MARCA _____ MODELO _____ COR DO VEÍCULO _____

MATRICULA: _____ - _____ - _____

LOCAL EM QUE ESTÁ ESTACIONADO: _____

FREGUESIA: _____

ESTADO DE CONSERVAÇÃO: _____

DIA E HORA DA INFORMAÇÃO: ____/____/____ às ____h ____m

AUTOR E INTERVENIENTES NA INFORMAÇÃO: _____

AUTOCOLANTE EM: ____/____/____

REMOVIDO EM: ____/____/____

NOTIFICADO POR: _____, DIA ____/____/____

DEPOSITADO EM: ____/____/____

LOCAL: _____

OUTRAS INFORMAÇÕES: _____

ANEXO III

Auto de Remoção

Aviso Prévio à Remoção

Nº _____ Proc. Nº _____ Data ____/____/____

CÂMARA MUNICIPAL DE PORTIMÃO

REGULAMENTO MUNICIPAL SOBRE A ENTREGA, REMOÇÃO, RECOLHA E DEPÓSITO DE VEÍCULOS ABANDONADOS OU ESTACIONADOS INDEVIDA e ABUSIVAMENTE

AUTO DE REMOÇÃO

NOME DO PROPRIETÁRIO: _____

MARCA _____ MODELO _____ COR DO VEÍCULO _____

MATRICULA _____ - _____ - _____

LOCAL EM QUE ESTÁ ESTACIONADO _____

DESCRIÇÃO DO ESTADO DO VEÍCULO _____

DIA E HORA: ____/____/____ às ____h ____m

NO DIA E HORA INDICADOS FOI COLOCADO O AVISO PRÉVIO À REMOÇÃO
Nº _____ DO PROCESSO Nº _____, (ANEXO III DO REGULAMENTO
MUNICIPAL), INFORMANDO O PROPRIETÁRIO DE QUE DISPUNHA DE 48 HORAS
PARA O RETIRAR DO LOCAL EM QUE SE ENCONTRAVA. NÃO TENDO SIDO
CUMPRIDO O ESTIPULADO FOI O MESMO REMOVIDO
PARA _____

PORTIMÃO, _____ DE _____ DE _____.

ANEXO IV
CÂMARA MUNICIPAL DE PORTIMÃO
AVISO / DÍSTICO AUTOCOLANTE

AVISO

O PROPRIETÁRIO DESTE VEÍCULO DEVERÁ RETIRÁ-LO, DA VIA PÚBLICA, NO PRAZO MÁXIMO DE 48 HORAS, FINDO O QUAL SERÁ REMOVIDO.

PORTIMÃO_____ DE_____ DE_____

Os Serviços Municipais,

Para mais informações contacte A Divisão DTGM/Sector de Rede Viária e Transito, das 9h00 às 13h00 e das 14h00 às 17h00, através dos números 282 470 871 / 282 470 320

ANEXO V

Regulamento Municipal de Entrega, Remoção e Recolha de Veículos Abandonados ou Estacionados Indevida e Abusivamente.

Proc. Nº

Data

Ficha de Registo do Veículo Nº

INFORMAÇÕES GERAIS	DOCUMENTAÇÃO ANEXA
Matrícula:	
Marca:	
Côr:	
Tipo:	
Estacionado em:	
De ____ / ____ / ____ Notificação ____ / ____ / ____ Proprietário Conhecido: Proprietário desconhecido: Rebocado em : ____ / ____ / ____ Entidade Fiscalizadora: Parqueado em: ____ / ____ / ____	OBSERVAÇÕES:
Aviso Nº	

AVALIAÇÃO DO VEICULO

Pneus	vazios		bons	
Engate Reboque	sim		não	
Faróis	sim		não	
Piscas	sim		não	
Jantes	sim		não	
Limpa Vidros / Escovas	sim		não	
Para choques frente	sim		não	
Para choques traseiro	sim		não	
Retrovisores	sim		não	
Tampões rodas	sim		não	
Colunas	sim		não	
Tablier	sim		não	
Capas estofos	sim		não	
Cinto(s) segurança	sim		não	
Retrovisor interior	sim		não	
Capot	aberto		fechado	
Bagageira	aberta		fechada	
Tampão Gasolina / Gasóleo / Gás	aberto		fechado	
Pneu sobresselente	sim		não	
Selo inspeção	sim		não	
Carroçaria / Chapa / Pintura	bom		mau	
Estofos	bom		mau	
Vidros	bom		mau	
Rádio	sim		não	
Porta(s) abertas	sim		não	
Porta(s) fechadas	sim		não	
Capot	aberto		fechado	
Matricula(s)	sim		não	